

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

2-0-35

10

Curso C-PEM/86

Partido

Solução do P-III-5 (Mo) MONOGRAFIA

Apresentada por

..... JOSÉ JAYME MORAES

..... CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

19.86.....

-A POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA-

JOSÉ JAYME MORAES
Capitão-de-Mar-e-Guerra

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1986

GN-00001664-6

MM - EGN
BIBLIOTECA
10/03/1987
N: 432.

TEMA: A POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA

Pontos a abordar: Fatores Condicionantes.

O Pragmatismo Responsável.

Análise das repercussões e resultados.

Perspectivas de evolução.

Reflexos no preparo e emprego do Poder Naval.

Sugestões para maior participação da MB na formulação da nossa Política Externa.

PROPOSIÇÃO: Analisar a evolução da política exterior brasileira e a participação da Marinha, como instrumento de influência, de apoio diplomático e prestígio de um nação, apresentando sugestões como a Marinha poderia ter uma participação na formulação de nossa Política Exterior.



Í N D I C E

FOLHA

Introdução	IV
CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EXTERIOR BRASI- LEIRA	1
- SEÇÃO I - Período de 1822 - 1950	1
- SEÇÃO II - Período de 1950 - 1960	4
- SEÇÃO III - Período de 1960 - 1970	8
- SEÇÃO IV - Período de 1970 - 1985	10
CAPÍTULO 2 - ELABORAÇÃO DA POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA ..	16
- SEÇÃO I - Aspectos Gerais	16
- SEÇÃO II - Perspectivas Atuais	23
CAPÍTULO 3 - REFLEXOS DA POLÍTICA EXTERIOR	34
- SEÇÃO I - No preparo do Poder Naval	34
- SEÇÃO II - No emprego do Poder Naval	39
CONCLUSÃO	43
BIBLIOGRAFIA	A-1

INTRODUÇÃO

À semelhança dos indivíduos na sociedade, os Estados ocupam, em função de sua capacidade e de seu prestígio, posições hierárquicas distintas, dentro do sistema internacional. Diante deste fato, a ação de todos eles, à exceção das superpotências, que procuram manter a primazia, visa tão somente elevar seu peso real específico, ou em outras palavras seu Poder Nacional. Para tanto, os mesmos devem selecionar, à luz do grau da permissividade do sistema internacional e da sua dimensão de poder, a alternativa de ação que lhe proporcione o máximo benefício, ou seja uma superioridade e, concomitantemente, o mínimo maléfico ou inferioridade.

Nossa nação no plano das relações internacionais, mesmo premida por uma conjuntura adversa, procura se projetar na exata dimensão de seu poder, sem, em momento algum, tentar suplantá-la, pois tal atitude poderia ensejar penalidade imediata ou, na melhor das hipóteses, constrangimento e descrédito. Todavia, existe uma preocupação reinante, em que também não devemos subestimar este poder, o que acarretaria numa omissão, um desperdício de oportunidade ou até uma indiferença.

A preservação da dignidade nacional e a regra da boa convivência são os elementos que, nos casos concretos, indicam o feitio da política externa brasileira. Atuam, como parâmetros, nos encontros diplomáticos brasileiros bilaterais, regionais ou multilaterais, constituindo assim o substrato de uma ética de comportamento que se baseia, na não intervenção, mas sim na busca das soluções pacíficas e na preocupação com o equilíbrio de compromissos nos negócios concretos. Uma lógica que busca em cada ação projetar a intenção de Paz e Desenvolvimento.

Hoje, apesar do Brasil procurar desenvolver uma política

externa não subordinada à americana, procurando novos parceiros na economia e comércio, ainda é bastante dependente daquela nação.

No entanto, nosso país possui uma série de fatores que o enquadram, na categoria de nação emergente no âmbito mundial, tendo um poder perceptível, que aliado à um desenvolvimento econômico e tecnológico, deverá dar-lhe a oportunidade de alcançar uma capacidade de responder, caso necessário, à uma ameaça de antagonismos, assim como de impor seus anseios dentro de um contexto político internacional.

A presente monografia pretende analisar os aspectos da atual política exterior brasileira, sua influência no Poder Naval, procurando inserir possíveis sugestões que permitiriam uma participação efetiva de nossa Marinha na elaboração da referida política.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA

SEÇÃO I - Período de 1822 - 1950

Durante todos estes anos, nossa política exterior, pautou-se por um relacionamento altamente dependente dos Estados Unidos da América.

Após nossa independência, existiam dúvidas dos Estados Unidos da América em apoiá-la, principalmente por parte do Presidente JAMES MONROE, pois acreditava que assim o fazendo estaria comprometendo os princípios de sua doutrina.

A Doutrina Monroe elaborada em 2 de dezembro de 1823, estabelecia quais seriam as regras básicas, a serem seguidas pela política dos EUA, no trato de um problema específico: evitar as incursões das potências européias no hemisfério Ocidental.

As nações latino-americanas consideravam-na como uma forma de proteção de suas independências e procuraram dar à mesma uma característica de convenção multinacional. O Brasil reconhecendo-a, procurou estabelecer uma aliança ofensiva e defensiva com os EUA. No entanto, a nação americana propugnava que cada um deveria prover sua própria defesa, e que a Doutrina Monroe só seria aplicada caso estivesse ameaçada a integridade nacional dos Estados Unidos. Assim sendo, a não ser neste caso, os mesmos não se envolveriam em assuntos europeus e manteriam seu isolamento. (24:10)

Este relacionamento com os Estados Unidos da América alcançou um maior entrelaçamento, por ocasião da queda da monarquia e da abolição da escravatura. Tal fato, levou a que o eixo de nossa política internacional sofresse um desvio de in-

fluência inglesa para a americana.

A partir de 1902, assume o Ministério das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco que tentou consolidar mais ainda este intercâmbio, principalmente pela sua grande visão em procurar segurança no âmbito do hemisfério e prestígio, mediante uma íntima associação à potência emergente que era os EUA.

Nesta época enfrentávamos inúmeros problemas de limites, inclusive, com potências européias e uma aliança com uma nação forte como os EUA, seria de grande valia numa mesa de negociações e assim sua posição de alinhamento com WASHINGTON foi uma atitude pragmática, sem qualquer conotação de submissão, havendo em várias ocasiões discordado de posições tomadas pelos americanos. (C)

Com a saída do Barão de Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, em 1912, passa o Brasil a adotar uma política internacional, que é pautada em função dos desejos dos Estados Unidos, sendo que isto perdurará até a segunda Guerra Mundial, onde apareceram algumas hesitações por parte do Brasil.

Tentaram os americanos na referida ocasião, de obter a cessão de bases militares e estabelecer tropas nos países latino-americanos. Nossa região, do saliente nordestino, era uma área de grande interesse estratégico, mas o Brasil negava-se a ceder seu território para a instalação de tropas e bases.

Todavia, foram efetuados acordos e em troca de armas e a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, o Brasil resolve ceder a tal intento. (33:317)

Antes deste acordo nossas relações estavam bastante tensas e chegou-se até a admitir, que os EUA poderiam praticar represálias à vista da atitude do governo brasileiro, que ocupava uma posição bastante duvidosa de apoio aos aliados.

Também durante este período tivemos problemas com a Inglaterra, país líder da guerra, comandada pela figura indomá-

vel de WINSTON CHURCHILL, que criou para o Brasil problemas tão ou mais graves dos que já havia causado à França. WINSTON CHURCHILL era um homem difícil de se lidar, pois além de impetuoso e arbitrário, era opiniático e jamais reconhecia seus erros. O ocorrido foi que havíamos adquirido grande quantidade de armamento da Alemanha, que deveria ser entregue logo após a declaração de guerra com a Inglaterra. Apesar do Brasil ser um país neutro, seus navios foram apresados por barcos ingleses e o governo de sua Majestade se recusava a liberá-los. Foram inúteis todas as tentativas, e só mais tarde já no auge da guerra é que o referido material nos foi entregue. A esta altura nosso Ministro das Relações Exteriores, OSWALDO ARANHA, estava entre dois fogos cerrados: de um lado o governo brasileiro, especialmente os militares, fazendo pressão para que o Brasil rompesse relações diplomáticas com a Inglaterra, e de outra parte a diplomacia inglesa desprezando os motivos legítimos brasileiros. Os Estados Unidos faziam reiterados apelos para vencer a intransigência da Inglaterra, obviamente porque seus interesses eram que o Brasil apoiasse os aliados. (33:321)

A posição assumida pelo governo brasileiro mercê do desenvolvimento das operações bélicas, principalmente face à invasão da África, se tornara de vital importância para os destinos da guerra, pois a não participação do mesmo apoiando os aliados teria impedido ou tornado extremamente penoso ou até mesmo impossível, o contra-ataque dos aliados e assim ROMELL teria ido de vitória em vitória até Dakar, trampolim natural para a penetração no Brasil e na América do Sul, onde os países mais importantes possuíam atuantes minorias nipo-nazi-fascistas, capazes de abrirem caminhos para as tropas invasoras.

Nos anos de 1939, 1940 e 1942 realizaram-se as Reuniões de Ministérios das Relações Exteriores das Américas, a primeira no Panamá, a segunda em Havana e a terceira no Rio de Janeiro

ro. Em todas elas, apesar das pessoas que as mesmas compareceram — talvez os maiores estadistas americanos e as figuras políticas de maior evidência dos países participantes — o destaque foi a personalidade de Oswaldo Aranha que se projetou como o grande estadista da América.

Oswaldo Aranha, em virtude de sua posição atuante para levar o Brasil a lutar ao lado das nações aliadas contra o nazifascismo, era constantemente hostilizado por todos os membros do governo e assim colocava-se contra a posição do governo brasileiro. Todavia, foi ele que conseguiu convencer ao Presidente Getúlio Vargas a declarar guerra aos países do Eixo e, assim, honrar os compromissos assumidos no contexto das relações com os americanos.

Seção II - Período de 1950 - 1960

Com o término da guerra houve uma certa decepção, por parte do Brasil, que esperava um maior apoio econômico proveniente do governo americano, mas que no momento atribuía uma maior importância à reconstrução da Europa.

Assim, logo após o término da guerra, o Presidente americano Harry S. Truman, sentindo que a ameaça comunista aos países do velho continente precisava ser combatida de forma enérgica, lança a política de contenção do comunismo, ou a Doutrina Truman. Pela mesma os Estados Unidos da América forneceriam ajuda e proteção aos povos livres ameaçados pelos comunistas para que estes pudessem manter sua liberdade. Com esta política a América Latina é relegada a um plano inferior, pois a ameaça da Rússia ou mesmo da China ao hemisfério era remota.
(34:20)

Deve ser mencionado que neste período, o Embaixador Oswaldo Aranha, sempre ao se referir às promessas de ajuda dos países desenvolvidos, alertava para o fato, que isto redundaria em verdadeiro fracasso. Os subdesenvolvidos deveriam voltar

à si e chegarem a conclusão, que para alcançarem um certo grau de desenvolvimento só poderiam contar com seus próprios esforços. Além disto, todos os povos desenvolvidos ou em desenvolvimento, passam por uma etapa denominada nacionalismo. No momento que a Nação atinge um certo desenvolvimento, abandona o nacionalismo, passando, então, a explorar os povos mais atrasados.

Oswaldo Aranha sempre lutou contra o subdesenvolvimento, proclamando a necessidade da existência de um nacionalismo sadio.

Na aplicação da Doutrina Truman, o Brasil irá sofrer as consequências, à vista de sua dependência econômica dos EUA, não tendo todavia ao longo de todo este tempo, tentado procurar um desenvolvimento técnico-científico o que lhe seria de grande valia no futuro. (34:22)

Dentro deste espírito da "Doutrina Truman", de conter o expansionismo soviético, além do malogro das atuações do Conselho de Segurança da ONU é assinado, em agosto de 1947, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), também conhecido como Tratado do Rio de Janeiro. Pelo mesmo, qualquer ameaça a um país do continente por parte de uma nação estrangeira seria considerado como ameaça à todos os demais.

Aceita-se, geralmente, que os princípios da estratégia de contenção estejam inscritos na passagem mais famosa e mais citada do Presidente Truman ao congresso norte-americano, a respeito da assistência à Grécia e Turquia, qual seja: (34:45)

"Creio que deve ser política dos Estados Unidos da América apoiar os povos livres, que estão resistindo a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas".

"Creio que devemos ajudar os povos livres a alcançar o próprio destino pelos seus caminhos próprios".

Posteriormente, culminando, em 1948, na Nona Conferência Interamericana realizada em Bogotá, lavrou-se a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), instituição política

e de formação multilateral, que cuida dos problemas de segurança dos países signatários compatibilizando-se com tratados, como TIAR, e outros acordos que estivessem em vigor. Cumpre, entretanto, observar tratar-se de Organização de princípios diplomáticos e pacíficos, coerente com as tradições e impulsos de certos povos latino-americanos. Sua característica é essencialmente regional, e procura o desenvolvimento econômico e social dos países-membros.

Observa-se no entanto, que apesar de todas estas alianças que servem para disciplinar a política internacional dos países envolvidos, nas alianças entre latino-americanos e nor-te-americanos, a suspeita é um fator sempre presente. Em primeiro lugar, estas alianças não tiram o efeito da Doutrina Monroe, em função da qual a autodeterminação dos Estados latino-americanos é afetada pelo direito que se auto-conferem os Estados Unidos, de praticarem atos de intervenção unilaterais, sempre que se julgarem prejudicados por atitudes de outras nações. Outro aspecto crítico é que estes tratados dos quais somos signatários, não possuem dispositivos adequados para uma resposta eficaz à agressões indiretas como são, por exemplo, as ações de apoio prestado por um Estado à revolução que ocor-re dentro do outro.

Nestes casos, a atitude coercitiva contra um Estado, decidida no âmbito regional, terá a sua efetivação condicionada à aprovação do Conselho de Segurança da ONU, quando estará sujeita, o que normalmente ocorre, ao veto de um dos membros permanentes.

O problema ainda se torna mais complexo quando das decisões tomadas no recinto da OEA, passaram a participar com igualdade de votos, um crescente número de micro-estados da área de influência de Cuba.

As medidas que projetam diminuir a ascendência norte-

americana nestes tratados, continuam a ser consideradas impor
tunas.

Como consequência cronológica, em 1950, com a ajuda ameri
cana, foi estabelecido o Plano Salt, que vislumbrava um auxíl
lio de grande valia para o Brasil. Tudo não passou de mera dece
pção, pois alegando os americanos várias dificuldades por
seu envolvimento, na Guerra da Coréia, optaram por cancelar o
referido programa.

Com todos estes problemas que resultaram na falta de
ajuda financeira externa que nos conduziria a um maior desenvol
vimento, cada vez mais tivemos no país um crescimento apenas
razoável, principalmente por ser a grande vulnerabilidade
da economia brasileira sua dependência do café, que constituia
nosso único produto de exportação. Foi assim, que o Brasil procu
rou sempre adotar uma política de defesa do café, chegando
mesmo no governo Vargas, a queimar milhares de toneladas do
produto, numa tentativa de manter o preço pela diminuição da
oferta.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial passamos a
fornecer materiais estratégico aos Estados Unidos, o que acarre
tou que o mesmo apoiassem o projeto da Usina Siderúrgica de
Volta Redonda.

Foi então que em 1951, começou a funcionar a Comissão Mist
ta Brasil-EUA de Desenvolvimento Econômico, formada para assess
sorar nosso país no equacionamento de problemas econômicos, ajud
ando-nos na determinação das necessidades brasileiras no campo
do desenvolvimento.

A mesma encerrou seus trabalhos em 1953, a pedido dos
americanos, ficando a impressão que eles não estavam interessad
os em apoiar as recomendações que haviam feito para acelerar
nosso desenvolvimento.

Porém começou a despontar uma nova era na política exteri
or brasileira, quando JUSCELINO KUBISTSCHEK, seguindo uma pol

lítica de desenvolvimento, incentivou a entrada de capital estrangeiro no Brasil e solicitou uma revisão da política americana, com relação à América-Latina, alterando seu enfoque de defesa do ocidente para os problemas de subdesenvolvimento.

Seção III- Período de 1960 - 1970

Como resposta aos seus anseios, o Presidente JOHN F. KENNEDY, em 1961, cria a "Aliança para o Progresso", que na época foi também considerada como uma resposta americana ao desafio representado por FIDEL CASTRO. Ela todavia, foi anunciada em um discurso de KENNEDY, um mês antes de FIDEL CASTRO subir ao poder. A idéia da Aliança era de um esforço multinacional para o desenvolvimento econômico e justiça social na América Latina, de forma a permitir uma base sólida para o estabelecimento da democracia nos países da região. KENNEDY também foi influenciado pela idéia da Operação Pan-Americana, lançada em agosto de 1955 por Juscelino Kubitschek, onde o Presidente brasileiro chamava atenção para a necessidade de se efetuar uma extensa e profunda revisão do relacionamento econômico entre os Estados Unidos e as nações latino-americanas.

Sua meta principal era um esforço multinacional, para o desenvolvimento econômico e justiça social na América-Latina. Ela previa ajuda econômica para projetos específicos e do total estimado como necessário, apenas metade seria fornecido pelo governo americano, ficando a outra metade por conta de outros países e de investidores privados. Sua idéia sobreviveu pouco tempo sendo que em 1973 a mesma foi encerrada. (2:6)

Neste período apareceram problemas no setor de exportação de café, quando foi taxado o grão de café brasileiro, a preços mais elevados para a indústria americana, em relação à venda no mercado internacional. Os americanos sentiram-se prejudicados, e o Instituto Brasileiro do Café (IBC) passou a

ceder café em grão de seus estoques, em contrapartida os americanos deixariam de taxar o nosso produto.

Durante os governos JANIO QUADROS e posteriormente, de JOÃO GOULART, houve uma tentativa dos mesmos de expandir uma política externa, procurando desvinculá-la da americana, o que todavia não teve grandes efeitos, principalmente, pelos problemas internos que o país atravessava, onde era denotado um avanço de esquerdistas, tentando dominar o poder.

Nosso país é envolvido pela revolução de 1964, e logo após o governo americano apresenta seu apoio ao Presidente CASTELO BRANCO, passando a nos dar, inclusive, grande apoio. O alinhamento com os Estados Unidos tornou-se mais forte, passamos a não dar tanto apoio à Cuba, como vínhamos fazendo e, finalmente, até apoiamos a intervenção dos EUA, na República Dominicana, enviando para lá uma força terrestre que iria compor a Força Interamericana de Defesa Permanente.

Neste período assume a presidência dos Estados Unidos, RICHARD NIXON e lança as bases de sua política externa. Em síntese a mesma manteria todos os compromissos assumidos, forneceria proteção caso uma nação aliada dos EUA sofresse alguma ameaça de potência nuclear, forneceria assistência militar e econômica aos países ameaçados por outras modalidades de agressão, desde que o potencial humano fosse fornecido pelo solicitante.

Além do problema do café solúvel aparecem problemas de taxaço pelos americanos de sapatos e tecidos exportados do Brasil e nossa posição de defesa do mar territorial de 200 milhas, o que em hipótese alguma agradava ao governo americano.

Quando foi negociado o tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), recusa-se nossa nação a associá-lo, pois estaria assim o fazendo limitando nossa liberdade em desenvolver uma capacidade nuclear à ser utilizada com fins pacíficos.

Por outro lado, o governo JIMMY CARTER, continuou insis

tindo para que o Brasil alterasse sua posição e começou também a pressionar o governo alemão para que o Acordo Nuclear Teuto-Brasileiro fosse anulado. Também na área dos direitos humanos começa a pressionar o governo brasileiro, condicionando o fornecimento de ajuda militar a uma melhoria da situação reinante na mesma.

Obviamente, isto tudo, representa um ponto de destaque no relacionamento entre nossos países, de uma melhor análise desta dependência da política americana para nosso desenvolvimento e influenciado pelo período que atravessávamos em nossa economia, chamado de "milagre econômico", passamos a tentar ingressar em outras áreas para podermos desenvolver nossa capacidade econômica e adquirirmos conhecimentos técnico-científicos, que nos levassem a um crescimento no contexto internacional.

Seção IV - Período de 1970 - 1985

Acelerando o seu processo de industrialização neste período denominado "milagre brasileiro", era inevitável que a nova postura americana criasse problemas para o esforço brasileiro em aumentar suas exportações.

À partir desta época, nossas relações econômicas com os EUA, sofreram alterações significativas. Os problemas para colocação de nossos produtos ainda existem até hoje, bem como as restrições, por parte dos americanos, relativas à concessão de subsídios por parte do governo brasileiro.

Uma grande alteração ocorre com a economia brasileira, que após anos de prosperidade, se encontra em dificuldades à vista do aumento do petróleo, ocorrido entre 1973-1979, aliado as altas taxas de juros cobrados pelos bancos internacionais.

Assim, seria conveniente buscar a diversificação dos mercados para as exportações brasileiras, visando diminuir nos

sa dependência do mercado americano.

Já no governo JANIO QUADROS, tentamos uma aproximação com a África, mas que na época foi um fracasso. Todavia naquela época, nosso apoio à política portuguesa para com suas colônias africanas foi um obstáculo para esta aproximação.

Outrossim, hoje o cenário é outro e existe interesse dos povos africanos de se relacionarem com o Brasil.

Passamos a manter relações com o Oriente Médio, inclusive adotando uma política onde no caso do conflito árabe-israelense, reconhecemos a criação do Estado de Israel, mas também apoiamos ao povo palestino nos seus anseios de possuírem sua própria pátria.

Procuramos a execução de uma política de aproximação, com o Leste-Europeu, dentro dos mesmos moldes que temos nos relacionamentos com a Europa Ocidental, EUA e Japão. Consideramos no caso que as divergências ideológicas, não estão em jogo, mas sim uma necessidade imperiosa de um crescente relacionamento econômico.

Esta linha adotada por nossa política exterior, passou a ser rotulada "pragmatismo responsável". Corresponde a um pragmatismo que está interessado em resultados e não em palavras, não nos proporemos a alinhamentos ideológicos ou políticos com outras nações. A política externa brasileira procura desenvolver, a imagem de um país que almeja atingir o "Status" de primazia regional.

Nossa política é destituída de pretensões hegemônicas conscientemente assumidas e estamos satisfeitos no que concerne à nossa configuração geográfica. Nos interessamos apenas pelo desenvolvimento econômico e social e à segurança de nossos interesses.

Esta fórmula de procedimento trouxe muitas críticas de indivíduos, interessados em confundir conceitos, para defender

uma posição a ser adotada por nossa política externa, já há muito em desacordo com os nossos ideais. (1)

Passamos a não ser mais aquele aliado incondicional dos Estados Unidos, principalmente, em decisões que afetem nossa linha política nacional, aplicada para alcançar nossos objetivos nacionais permanentes. } y

Assim, estamos tentando articulações no Caribe, principalmente com Costa Rica e Trinidad-Tobago, sendo que este inclusive, além de estar geograficamente mais próximo, é exportador de petróleo e se apresenta no mar das Antilhas, com um posicionamento estratégico muito importante para o Brasil.

Não temos dúvidas que isto poderá nos trazer problemas, talvez até sanções econômicas por parte dos EUA, assim como com Portugal, quando trocamos relações comerciais com suas ex-colônias. Não há dúvidas que nosso grau de desenvolvimento, nos dá melhores condições do que Portugal, para ajudá-las em sua tarefa de construção dos novos estados independentes.

Logicamente, existirão alguns obstáculos, porque alguns líderes africanos poderão levar em consideração todo o tempo que o Brasil apoiou Portugal enquanto possuía as colônias.

Na América Latina procuramos aproveitar o nosso bom relacionamento com nossos vizinhos onde sem possuírmos problemas latentes de fronteira, podemos manter, em princípio, um relacionamento de boa vontade regional e combater críticas que nos são feitas, nas quais somos acusados de procurar uma hegemonia regional.

Na questão recente das Malvinas, apesar de nossa grande preocupação, procuramos manter a política de boa vizinhança, inclusive, porque sempre apoiamos a reivindicação argentina. Opinamos pela necessidade de serem reavaliados, não apenas o diálogo entre os países latino-americanos, mas também o relacionamento da América Latina com os EUA e a Europa Ocidental.

Dentro deste contexto o que podemos verificar é que após se libertar da influência da Grã-Bretanha, influência herdada por seu antigo colonizador, tentou o Brasil uma aproximação com os EUA, seguindo seus passos ao longo dos anos. Todavia após a Segunda Guerra Mundial, serviu como um alerta o estágio de desenvolvimento em que nos encontrávamos, que era de um país subdesenvolvido e assim procuramos crescer, e não há interesse dos EUA, em compreender nossa evolução. O que devemos é prosseguir, mesmo com os óbices que serão impostos, nesta nossa caminhada difícil dentro da conjuntura internacional, procurando incrementar uma política autêntica, que nos leve ao desenvolvimento necessário.

O importante é observar que o Brasil dentro do contexto da política internacional, vem apresentando um certo peso específico. Devemos lembrar que sua participação, no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, é marcante, sendo o Estado com maior registro de atuação como membro não permanente. A representação do Brasil foi particularmente ativa nas negociações, especialmente no decorrer dos dois últimos mandatos (1963-64, 1967-68). Exemplo eloquente aparece no exame do conflito no Oriente Médio, quando o mesmo atuou com destaque para produzir o consenso latino-americano, certamente um dos elementos essenciais para a aprovação da conhecida Resolução 242.

O Brasil participa ativamente dos principais foros no campo do desarmamento — o Comitê do Desarmamento (órgão negociador) e a Comissão do Desarmamento (órgão formulador), acredita que um mecanismo eficaz de segurança somente poderá ser alcançado mediante o desarmamento geral e completo, sob estrito controle internacional. Julga o governo brasileiro que os esforços de negociações, e medidas concretas no campo nuclear tem prioridade máxima. A conclusão de um acordo sobre a proibição total de experiências nucleares, a adoção de medidas efe-

tivas para a destruição dos estoques de armas atômicas e o término das pesquisas e produção dessas armas são pontos de importância capital. Nas questões relativas ao Direito do Mar o Brasil tem desempenhado papel de destaque desde a preparação da Conferência.

Com relação aos aspectos principais de nossa política com relação ao colonialismo, regimes racistas minoritários na África Austral e "apartheid", podemos dizer que, negociada uma solução para Zimbabwe, ex-Rodésia do Sul, tem o Brasil apoiado resoluções que condenam a presença ilegal da África do Sul na Namíbia. Reconhece a autoridade do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia e coopera com o mesmo, por exemplo, mediante contribuições financeiras e ofertas de bolsas-de-estudos.

No que se refere à África do Sul, quanto ao "apartheid", repudiamos tal política de segregação, como fizemos em relação a todas as formas de discriminação racial.

Devemos considerar também a participação do Brasil no Grupo dos 77. O mesmo nasceu, às vésperas da criação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), quando os países em desenvolvimento buscaram organizar-se para, em nome de aspirações comuns, reforçarem seu poder de barganha, mediante uma representatividade capaz de extrair resultados de seus parceiros industrializados, sendo o Brasil um dos seus fundadores. O Grupo, que atua fundamentalmente na área econômica e que conta hoje com mais de 110 membros, considerando que as próprias Nações Unidas reúnem 153 países, constituiu uma força parlamentar de peso extraordinário.

Apesar das dificuldades naturais de coordenação, o grupo vem mantendo contato permanente com vista a que, como bloco único, com coerência, prevaleça os princípios e as causas tradicionais por ele defendida.

Quanto a outro grupo, o Movimento Não-Alinhado, este é

constituído por determinados países estando voltado, essencialmente, ^{para} as questões políticas. Criado na segunda metade da década de 50, o Movimento surgiu com o propósito de se constituir em foro alternativo, para as nações não diretamente vinculadas às grandes potências. Inicialmente era constituído de 25 países, hoje somando 98 membros plenos, aos quais se alinham uma dezena de países observadores e outro tanto de organizações e movimentos observadores. O Brasil participa do Movimento na qualidade de observador, desde sua primeira reunião. O referido movimento enfrenta hoje consideráveis dificuldades para harmonizar as diversas tendências que existem em seu seio. O papel desempenhado por Cuba, tem sido objeto de crítica de diversos países, dentre os quais se incluem a Iugoslávia, Egito e Índia, membros importantes e tradicionalmente moderados do Movimento, considerando que aquele país vem efetuando formulações que se afastam dos princípios básicos do não-alinhamento.

CAPÍTULO 2

ELABORAÇÃO DA POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA

Seção I - Aspectos Gerais

A política externa brasileira, como a de qualquer outro país, é função de duas realidades heterogêneas. Uma a realidade de cada país e a outra a realidade internacional.

Dentro disto, é que encontraremos uma perfeita definição dos interesses e aspirações da política a ser implantada. Devemos sempre manter uma avaliação, por vezes implícita, das tendências da política internacional, suas oportunidades e seus riscos, além de analisar como deverão evoluir os grandes temas multilaterais como o desarmamento, o comércio e as presentes crises energética e financeira.

Ao examinar as inter-relações da política externa, com as realidades interna e internacional, verifica-se que a boa política terá, necessariamente, que preencher alguns pré-requisitos.

Inicialmente, para ser realista, ou seja, para que tenha viabilidade nacional e internacional, é indispensável que esteja fundamentada em inequívocas percepções dos rumos e das tendências da política internacional. Assim, ela deve sempre ser alimentada por informações corretas e atualizações da realidade do país, seus anseios e necessidades e a viabilidade de alcançar seu propósito.

Não devemos também querer que os diferentes setores da sociedade, obtenham um amadurecimento na aceitação das questões polêmicas, com a mesma velocidade que as mesmas se desenvolvem. Como exemplo, podemos citar a lentidão da sociedade em aceitar nosso atual relacionamento com o Oriente Médio e África.

Finalmente, a mesma deve possuir autenticidade, ou seja,

expressar os anseios da sociedade. Sabemos muito bem que quando damos ênfase na oposição ao racismo e as formas de discriminação racial, estamos atendendo aos anseios das tradições do nosso povo.

Como pode se depreender, a política externa de uma nação, não resulta da simples observação do seu passado e mesmo do que está ocorrendo no presente. Os responsáveis pela sua formulação devem sobretudo, inovar com base numa visão prospectiva, avaliar os riscos e as oportunidades e manterem-se atualizados com as constantes interações estatais, sejam a nível bilateral, regional ou multilateral.

Devemos observar que a realidade interna estará sempre susceptível de mudanças ou transformações, empreendidas por meio de esforços diretos do governo e da sociedade brasileira, enquanto que a realidade internacional deve ser considerada apenas como um parâmetro, principalmente, em razão de ser modesta a capacidade brasileira de exercer influência sobre a conjuntura internacional.

Por dois motivos, porém, deve-se evitar considerar essas duas realidades, de forma compartimentada e estática.

Primeiro, porque é relativa a suposta liberdade de se empreender no âmbito nacional as transformações demandadas pela sociedade. Com efeito, as medidas protecionistas postas em vigor pelos países industrializados, a alta da taxa de juros e a restrição ao crédito externo, inibem o esforço de desenvolvimento econômico e deterioram o padrão de vida do brasileiro.

Segundo, porque a capacidade de o Brasil exercer influência sobre o sistema internacional, vem crescendo, ao contrário do passado, não se podendo mais associar o Brasil à exportação de um único produto, o café, carro-chefe da economia brasileira por diversas décadas. Hoje, o parque industrial brasileiro já apresenta elevados índices de produtividade e

avançada tecnologia, a ponto da estrutura que pauta a exporta
ção brasileira ter sido modificada. Assim, fazendo alusão ao
ambiente em que vivemos, podemos afirmar que o Oceano Atlântii
co não é mais a superfície pela qual importávamos o conforto
material e as idéias, mas sim a via marítima pela qual passam
os a vender nossos produtos e nossa cultura, assim mostrando
nossa atuação na política internacional.

A importância da política externa do Brasil é consequênci
a de sua condição assumida de país latino-americano atlântii
co, pluriracial, cristão e de um país ocidental em desenvolvime
nto. (2:11)

O Brasil, tradicionalmente, em política externa, sempre
prestigiou os organismos internacionais. Foi membro fundador
da Liga das Nações e teve atuação destacada na redação do texto
da Carta das Nações Unidas.

Além disto, vale salientar sua presença atuante em organi
smos regionais, como a Organização dos Estados Americanos
(OEA), Banco Interamericano de Defesa (BID), Organização do
Tratado da Bacia do Prata, Tratado de Cooperação Amazônica e
outras. (2:12)

Podemos nos defrontar com documentos internacionais como
as Cartas da Organização das Nações Unidas (ONU) e da OEA, nos
quais são emitidos pareceres e constam normas defendidas pelo
Itamaraty.

Como exemplo temos, a autodeterminação dos povos, o princi
pício da não-intervenção, a condenação do uso da força ou da
ameaça no emprego das relações internacionais, a solução pacif
ica das controvérsias, o fiel cumprimento dos tratados, o
respeito e soberania dos países, a rejeição da hegemonia próp
ria ou alheia, assim como de qualquer forma de independência
vertical.

O princípio da não-intervenção em assuntos internos e extr

ternos de qualquer país, junto com a autodeterminação dos povos, constituem dois pontos de alta relevância e os mesmos tem sido reafirmados por sucessivos governos.

Paira, contudo, em passado recente a participação das forças armadas brasileiras, na intervenção realizada na República Dominicana. A diplomacia brasileira procurou descaracterizar tal fato, dentro da política internacional, classificando como se isto fosse uma atitude realizada, cuja ação, envolvia apenas o aspecto de segurança coletiva.

Atualmente, vem o Brasil se recusando a aceitar a intervenção armada na Nicarágua, como forma de solucionar o impasse político na América Central.

Devemos ter consciência clara sobre os modos pelos quais poderemos ser úteis ao sistema internacional. Nossas responsabilidades devem ser sempre compartilhadas, das medidas pelo nosso compromisso com a paz e o nosso interesse no desenvolvimento.

Não desejamos que nos atribuam, por delegação ou solicitação, ingerências derivadas de conflitos ou disputas cuja origem não estão em nosso controle. O cerne doutrinário de nossa política externa está no universalismo, a dignidade nacional e a boa convivência. São eles que criam o modo brasileiro de participar do cenário político internacional.

Nossa presença externa vem sendo assim baseada em que não acreditamos nas soluções de poder, ao contrário, nós as condenamos, confiamos na diplomacia, na persuasão e no convencimento. Não admitimos movimentos que levem as intervenções externas, seja qual for o seu promotor e advogamos a importância da combinação de esforços através de organizações mundiais e regionais, que sirvam a seus membros sem discriminações e artifícios hegemônicos.

Respondemos às insinuações de hegemonia, implícitas no

conceito de potência emergente, com cooperação e credibilidade. Não desejamos realizar alinhamentos automáticos, sempre estando consciente de que a política internacional, não é um contrato de adesão, mas um campo permanente de negociação e de ajustamento recíproco de posições. Não estamos interessados em permanecer voltados, unicamente, para determinadas áreas geográficas. Logicamente, dentro das nossas prioridades, procuramos tornar a presença brasileira cada vez mais abrangente, de certa forma impulsionados pela crescente interdependência econômica e pelo peso relativo do Brasil.

Nós somos, ao mesmo tempo, uma nação do Terceiro Mundo e do Ocidente; sendo assim, nossa política externa não aceita que sejamos rotulados de "país recentemente industrializado" ou de "país em desenvolvimento avançado". (25:15)

Assim, sendo universalista, o que estamos almejando é prosseguir empreendendo esforços em desenvolver a cooperação, com os países de baixa renda, uma modalidade de relacionamento que só há pouco vem sendo explorada. O que é importante será sempre um maior relacionamento SUL-SUL.

O Brasil vem reagindo a esta simples divisão do mundo em dois segmentos de países, onde de um lado estariam os desenvolvidos (NORTE) e do outro os subdesenvolvidos (SUL). (24:10)

Além do mais numa fase de confrontação industrial e tecnológica, seria muito difícil que os países se isolassem das constantes movimentações da economia mundial pois o que ocorreria, seria que as medidas, adotadas por uma nação, mesmo de pouco peso específico, teriam importância e afetariam aos demais.

Verificou-se isto na década de 60, quando a coexistência pacífica, que ocorria na época, produziu um desgaste da primazia americana e um crescimento de importância do Japão e da Comunidade Econômica Européia. Posteriormente, na década de 70, o controle da oferta de petróleo, pelos grandes países produ

tores, provocou uma segunda distribuição de poder no sistema internacional, que passou a favorecer certos países subdesenvolvidos em detrimento de outros e até dos países industrializados.

Nossa política exterior abriu horizontes para outras áreas, passamos a manter conversações para manter intercâmbios comerciais, com a África, Oriente Médio, Leste-Europeu, Caribe, etc.

Estamos desenvolvendo nossos anseios de atingirmos uma primazia regional. Obviamente que tal liberdade de ação está condicionada ao grau de compatibilidade entre os nossos interesses e os dos Estados Unidos, da nossa permanente importância geopolítica e do nosso peso específico relativo.

O Brasil apresenta, em princípio, todas as condições para ampliar sua margem de autonomia e alcançar a incontestável posição de primazia regional, isto tudo dado a recursos naturais, humanos e o nível técnico-econômico alcançado, contudo se defrontando com os seguintes obstáculos:

- dependência no campo energético;
- diminuta capacidade de poupança e a conseqüente dependência de recursos exteriores;
- poder militar que não corresponde ao seu efetivo poder econômico, à ponto de não assegurar-lhe, a inexpugnabilidade do território ou um relativo poder de deterrância; e
- dependência tecnológica.

O Brasil precisa assim se voltar para o mar, enfrentando seus problemas e intensificando seu poder marítimo visto que é um país que graças ao BARÃO DO RIO BRANCO e a JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JUNIOR, que tão brilhantemente fixaram se elementos de nossas fronteiras, hoje podemos constatar não existir nenhum problema latente, em termos de litígios de fronteiras com nossos dez vizinhos. (2:24)

O que é importante é termos em mente que os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios. Na verdade, não há uma crise entre os países que fazem parte destes hemisférios, mas sim uma crise profunda do próprio sistema econômico internacional. É a mesma situação que afeta a ambos, situação terrivelmente adversa e da qual só sairão pelo caminho do entendimento e da solidariedade nunca pelo retorno à confrontação.

Seção II - Perspectivas Atuais

Dentro desta linha de ação adotada pela política exterior brasileira podemos afirmar que vem procurando o Brasil, desenvolver as seguintes atividades:

- AMÉRICA LATINA

O relacionamento com os países da América Latina vem se intensificando de forma sem precedentes. A existência de interesses comuns, aproximaram nosso país, seja para reorientar relacionamentos históricos como no Prata e Chile, ou mesmo, um estreitamento de relações com os países Andinos, o Suriname e a Guiana. Já, em 1979, foi consubstanciado o Acordo Tripartite, firmado com a Argentina e Paraguai, sobre o aproveitamento dos rios internacionais.

A América Latina, constitui um parceiro comercial de importância maior até mesmo que os Estados Unidos, não só pelo volume de exportações brasileiras, mas também porque envolve uma gama variada de produtos manufaturados. Realmente o nível de comércio decaiu devido a crise econômica que afeta a região, porém acreditamos que no contexto atual, à vista dos interesses recíprocos que foram criados, de lado a lado, esta posição jamais se inverterá.

O Presidente da República do Brasil vem mantendo diálogos políticos e entendimentos diplomáticos constantes com os Chefes de Estado destes países.

Em outros níveis, notadamente o ministerial e diplomático os contatos tem sido frequentes. Tudo isto vem possibilitando ao Brasil, acompanhar de perto as crises e os problemas que assolam estas regiões, bem como estão evoluindo dentro do nosso continente.

Com relação à América Central, a política externa vem procurando buscar sempre uma solução negociada, para os pro-

blemas regionais aí existentes.

Realmente o que almejamos é promover o desenvolvimento econômico, a justiça social e o pluralismo político na região. Além disto, é primordial que sejam afastadas todas as formas de interferência externa na condução dos problemas regionais do referido continente.

No apoio à América Latina, o Tratado de Montevideu, assinado em 1980, criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), fazendo parte da mesma os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A longo prazo, o objetivo da ALADI é o estabelecimento de um mercado comum latino-americano, meta ainda bastante distante, pois isso implicaria além de um avançado processo de liberação tarifária, a livre circulação regional de capital e trabalho. Em abril, do corrente ano, a mesma se reuniu em Buenos Aires, sendo uma reunião de Ministros das Relações Exteriores, que negociaram acordos regionais para substituir importações extra-regionais, estabelecendo um programa para eliminação gradual de barreiras não-tarifárias e negociar compromissos de compras estatais que favoreçam fornecedores da região. Isto tudo, buscando uma saída para o comércio regional, que tem sido prejudicado pelo quadro recessivo.

Nos últimos anos, o que se tem observado é uma queda no intercâmbio regional. Enquanto as exportações brasileiras para os Estados Unidos cresceram de aproximadamente 3,5 bilhões de dólares em 1980, para 7,7 bilhões de dólares em 1984, as vendas para o grupo dos países da ALADI, involuiram de aproximadamente 3,4 bilhões de dólares para 2,8 bilhões de dólares no mesmo período.

As importações precedentes da mesma região também caíram de 2,6 bilhões de dólares em 1980 para 2,1 bilhões de dólares

em 1984.

O Brasil apresenta uma situação de superávit, o que também interessa aos mesmos. A solução, portanto, é um aumento de corrente do comércio, através da identificação de importações que o mesmo possa realizar dentro da própria região.

- ÁFRICA

A África ocupa uma posição estratégica de alta importância no Atlântico Sul e procuramos cada vez mais uma aproximação com este continente. Sabemos que o mesmo vem enfrentando sérios problemas internos e os resultados alcançados, estão fundamentados em vários fatores como a consistência de nossa atitude de aproximação leal com os países africanos, a aceitação mútua das respectivas diversidades, nossa repulsa a qualquer forma de colonialismo e o que representa o fator mais importante, qual seja que as nações africanas jamais pensem que existem entre nossos interesses, qualquer intenção de procurarmos ser hegemônicos e termos anseios expansionistas, o que naturalmente, nunca deixará de ser um fator de desconfiança por parte dos povos africanos.

Conforme já afirmei nosso repúdio ao "apartheid" corresponde à rejeição de um sistema, que agride à nossa própria essência nacionalista de sermos contra o racismo. Da mesma forma repudiamos a ocupação ilegal da Namíbia.

A troca de visitas entre o Brasil e os países da África tem seu pleno significado restringindo ao aspecto político. Procuramos um maior intercâmbio comercial, cultural e estamos trabalhando para procurar criar novos mecanismos, capazes de contornar a escassez dos recursos financeiros que atormentam o Terceiro Mundo.

Através de financiamentos próprios ou internacionais procuramos exportar serviços sofisticados para os países africanos como a construção de rodovias no Congo, na Mauritânia e

na Tanzânia, a modernização dos serviços de telecomunicações de Cabo Verde, a exploração de carvão em Moçambique, a realização de investimentos e obras civis na Nigéria, o refino e exportação de derivados de petróleo para Zaire e Cabo Verde, a execução de projetos agroindustriais na Costa do Marfim, etc.

No ano passado foram iniciadas conversações com a Marinha Nigeriana, pois a mesma pretende realizar reparos de seus navios no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

De um modo geral, os países africanos aumentaram suas compras do Brasil, principalmente, os produtores de petróleo, como a Nigéria, nosso maior parceiro comercial na África. Já Angola é o principal fornecedor africano de petróleo bruto ao Brasil, correspondendo a 90% das importações brasileiras procedentes daquele país.

Atualmente, a África em geral absorve 6,3% das exportações mundiais brasileiras. O que não é pouco, se for considerado que aquele continente, só na década passada, começou a ter uma participação ativa no comércio mundial. O Brasil exporta para Angola, principalmente produtos manufaturados, como material de transporte, óleo de soja, produtos siderúrgicos, etc.

No caso da Guiné-Bissau, o Brasil não importou nada nos últimos anos e as exportações vem atravessando altos e baixos. Isto podendo ser atribuído às dificuldades sofridas por aquele país, que enfrentou problemas internos que desarticularam todo o seu sistema produtivo.

Para a expansão das potencialidades de cooperação com a África, o Brasil sabe que, além da tecnologia e recursos, é vital a manutenção da paz no continente africano. Assim sendo, vem acompanhando também, todas as possíveis evoluções dos movimentos conflitantes no referido continente.

- EUROPA OCIDENTAL E ORIENTAL

A Europa Ocidental desempenha papel crucial no sistema in

ternacional, em termos de poderio econômico e expressão política. De uma maneira geral, dentro do aumento de tensão entre as superpotências, vem a mesma defendendo posições no sentido da moderação, embora com variações nacionais bem definidas.

Na área dos mecanismos institucionais foram firmados dentre outros instrumentos, o Acordo de Cooperação Brasil-Comunidade Econômica Européia (CEE) e acordos de cooperação econômica que criam Comissões Mistas com os Países Baixos, Finlândia e Suécia. Mantemos aliás, com regularidade, reuniões de Comissão Mista com quase todos os países da Europa Ocidental, reuniões essas que são da maior utilidade no desenvolvimento das relações econômico-comerciais.

Dentro desta ótica, procuramos reforçar em nossos contatos com os países europeus, a dimensão política do equacionamento da dívida externa dos países latino-americanos. Temos assim, obtido a compreensão de vários parceiros europeus para nosso enfoque de negociação com conteúdo político e não só um problema puramente econômico.

Dentro desta linha de ação, vem procurando o Brasil comerciar com a CEE, sendo que inclusive, recentemente, o Presidente JOSÉ SARNEY viajou à Portugal na tentativa de estreitando os laços de amizade, conseguir através daquela nação nossa atuação efetiva no comércio europeu.

Sabemos que a entrada da Espanha na Comunidade Econômica Européia, para o Brasil configurou-se como uma concorrência forte, já que os produtos espanhóis serão privilegiados, frente aos exportados por países não membros como o Brasil. As dificuldades surgidas para o nosso país, devem-se em parte, à semelhança da estrutura industrial dos dois países. Isso facilitará a Espanha, nas exportações para a CEE de manufaturados em geral, incluindo madeira, máquinas, caldeiras, aparelhos mecânicos, ferro, gusa, aço. Sendo assim as exportações brasilei-

ras destes produtos para aquela região serão afetadas.

Por outro lado, a adesão da Espanha trará grande chance da Europa Ocidental aprofundar mais seus vínculos com a América Latina, através da mesma, que possui evidentes laços culturais e comerciais com o nosso continente. Atualmente, cerca de 15% das importações da Espanha são provenientes da América Latina, inclusive, do Brasil.

Precisamos, no entanto, ter uma compreensão clara da posição europeia no mundo e ao lado dos EUA, perante o Ocidente industrializado e de outro lado, estabelecer regras equilibradas e dinâmicas de um relacionamento bilateral.

Outrossim, as relações com países socialistas da Europa Ocidental, estão baseadas no princípio de seguir uma linha básica de cooperação econômica, mantendo o cuidado de respeito ao princípio de não-ingerência em seus problemas políticos, restringindo-se apenas as relações econômico-comerciais. O que realmente enfrentamos como principal obstáculo no intercâmbio com a região, é a tendência estrutural a ocorrência de elevados superávits à nosso favor. A crise internacional e, particularmente a questão do endividamento externo prejudicaram sensivelmente o nosso intercâmbio com os países da região.

- ORIENTE MÉDIO

Quanto a nossa política com o Oriente Médio, temos procurado incentivar o desejo de uma paz, justa e duradoura para a região, o que realmente torna-se cada dia mais difícil. No caso do conflito árabe-israelense desenvolvemos esforços para que:

- As forças de ocupação dos territórios árabes, em respeito ao disposto nas resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU, sejam evacuadas.
- Retomada do povo palestino à sua área geográfica de origem.
- A representação do povo palestino pela Organização para Libera

tação da Palestina nas negociações relativas ao seu futuro.

- O reconhecimento de todos os Estados a viverem em paz, dentro das fronteiras internacionais reconhecidas.

No caso do Líbano e no conflito Irã e Iraque temos procurado preservar o relacionamento entre as partes, principalmente com o Iraque com quem mantemos intercâmbio intenso há anos, sendo nosso tradicional fornecedor de petróleo. A descoberta de petróleo em território iraquiano pela Braspetro, o dinamismo das exportações de serviços de engenharia, nos mais diversos setores e as vendas brasileiras de armamento expressam esta tendência. Quanto ao Irã, mais recentemente vem o mesmo demonstrando um desejo de tornar mais produtivas as relações com o Brasil.

Apesar dos problemas relativos aos suprimentos de petróleo no âmbito internacional, com relação as variações de preço, quando em certas ocasiões a produção é reduzida, tem o Brasil conseguido abastecer-se deste combustível não encontrando problemas nesta região.

Estamos também desenvolvendo relações com a Arábia Saudita, sendo que na área financeira, acentuou-se nos últimos cinco anos a participação de capitais sauditas em empréstimos ao governo brasileiro, bem como de investimentos diretos. Atualmente, a Arábia Saudita ocupa um lugar expressivo como mercado consumidor de produtos brasileiros.

- ESTADOS UNIDOS

Existe uma tradição histórica no nosso relacionamento com os Estados Unidos, o que vem na época atual atravessando divergências, que devem ser encaradas dentro de um quadro geral de interesses econômicos. No entanto não poderemos jamais termos uma dependência completa daquela nação. (N)

No campo da diplomacia temos demonstrado uma constante disposição de dialogar, sobre questões que surgem, de maneira

objetiva.

Quando em 1984, o presidente JOÃO FIGUEIREDO abriu a XIV assembleia geral da Organização dos Estados Americanos, em Brasília, fez questão de ressaltar que os problemas econômicos da América Latina, onde se insere o nosso país, acumularam-se e sofreram um grande desgaste causando uma série reversão no desenvolvimento destes países.

Assim solicitou que fossem revistos os problemas das dívidas externas dos mesmos, solicitando soluções que permitissem um mínimo de desenvolvimento a estas nações.

O que basicamente vem o Brasil se debatendo é que as altas taxas de juros cobrados pelos bancos internacionais é que agravam o problema do endividamento. A política econômica dos Estados Unidos da América, provoca repercussões internacionais que não podem ser ignoradas, na persistência do quadro que ora se alinha, com enormes e crescentes déficits orçamentários no Brasil, Combinando uma benévole complacência em relação aos problemas dos países devedores, reflete uma atitude altamente perigosa que poderá provocar, em um futuro próximo, situações indesejáveis tanto para credores como para devedores. A nossa Nação, país em desenvolvimento de grandes dimensões, com população jovem e numerosa não deseja viver anos seguidos com um crescimento per-capta negativo.

Assim sendo, abrimos nossos braços para comerciar com outras nações, e os Estados Unidos, vem procurando em várias áreas intervir em nosso desenvolvimento comercial.

Passamos a ter uma voz ativa e mesmo a enfrentar o Fundo Monetário Internacional (FMI), todavia, é preciso que estejamos alerta as consequências que poderão advir desta posição. Em junho do corrente ano, o governo americano interferiu no Conselho Executivo do Banco Mundial (BIRD), a respeito de empréstimos que nos seriam fornecidos para projetos agrícolas e

hidrelétricos,

- ÁSIA E OCEANIA

Com a gradual expansão e diversificação de nossos interesses exteriores, passou a diplomacia brasileira a adotar na região, uma ação política de presença, para intensificar o intercâmbio econômico-comercial e de cooperação com estes continentes.

Procuramos assim adotar importantes iniciativas políticas e econômicas, não somente em relação ao Japão e República Popular da China, mas também em diferentes graus, junto a países de significado peso específico, como a Índia, o Paquistão, o conjunto de nações que integram a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a Austrália, e a República da Coreia. No que se refere ao Japão, há vários anos negociamos um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, sendo que o intercâmbio comercial entre os dois países, situou-se acima dos 2 bilhões de dólares em 1982, tendo sido o Japão o terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil.

No que se refere a República Popular da China, a exploração das potencialidades do imenso mercado desse país e a sua importância política crescente, tornaram-se os principais fatores para o estabelecimento das relações diplomáticas em 1974. Desde então a cooperação sino brasileira vem se expandindo de forma segura, principalmente, no campo da cooperação científica e tecnológica, em agricultura, desenvolvimento florestal, processamento de madeira, no campo da saúde, no campo das ciências puras e aplicadas, na área aeroespacial e no campo de hidreletricidade. As experiências que tivemos em nossas grandes barragens, em particular Itaipu, poderão ser de grande valia para o governo chinês. Talvez também tenhamos chance de desenvolver intercâmbio nos campos da microeletrônica e da informática.

Quando da visita do Presidente JOÃO FIGUEIREDO a China, foram concluídos compromissos nos campos comercial e científico tecnológico, e assim de especial importância foi a conclusão de um Memorando de Entendimentos sobre a cooperação nuclear para fins específicos.

A China representa hoje, o segundo parceiro comercial do Brasil entre os países em desenvolvimento, ficando atrás apenas da Nigéria. Também ocupa a posição de segundo maior parceiro no mercado asiático, superado apenas pelo Japão.

O total das trocas bilaterais somaram 772,7 milhões de dólares no primeiro semestre de 1985, com um saldo favorável ao Brasil de 243,9 milhões de dólares.

No corrente ano foi realizado a II Exposição de Produtos e Serviços Brasileiros, em Pequim, com a participação de cerca de 300 expositores. Os produtos siderúrgicos são em seu conjunto, o item mais representativo da pauta de exportações do Brasil para a China.

A principal contrapartida brasileira às compras chinesas no setor siderúrgico está na importação de petróleo que deverá chegar a três milhões de toneladas em 1986, meta a ser mantida nos próximos dois anos. Além do petróleo, os chineses têm interesse de vender ao Brasil arroz, milho, algodão, carvão metalúrgico, etc.

Na área militar, caminham para uma possível negociação, havendo interesse dos chineses em adquirir blindados como Uruçu e Cascavel, bem como os aviões Tucano e lança-foguetes do tipo Astro, da Avibrás.

Por outro lado, o relacionamento político econômico e comercial do Brasil, com os países membros da ASEAN, vem ganhando crescente substância. Trata-se de uma área que tem recebido atenção cada vez maior, por parte da diplomacia brasileira, pelas excelentes perspectivas de cooperação que oferecem em di

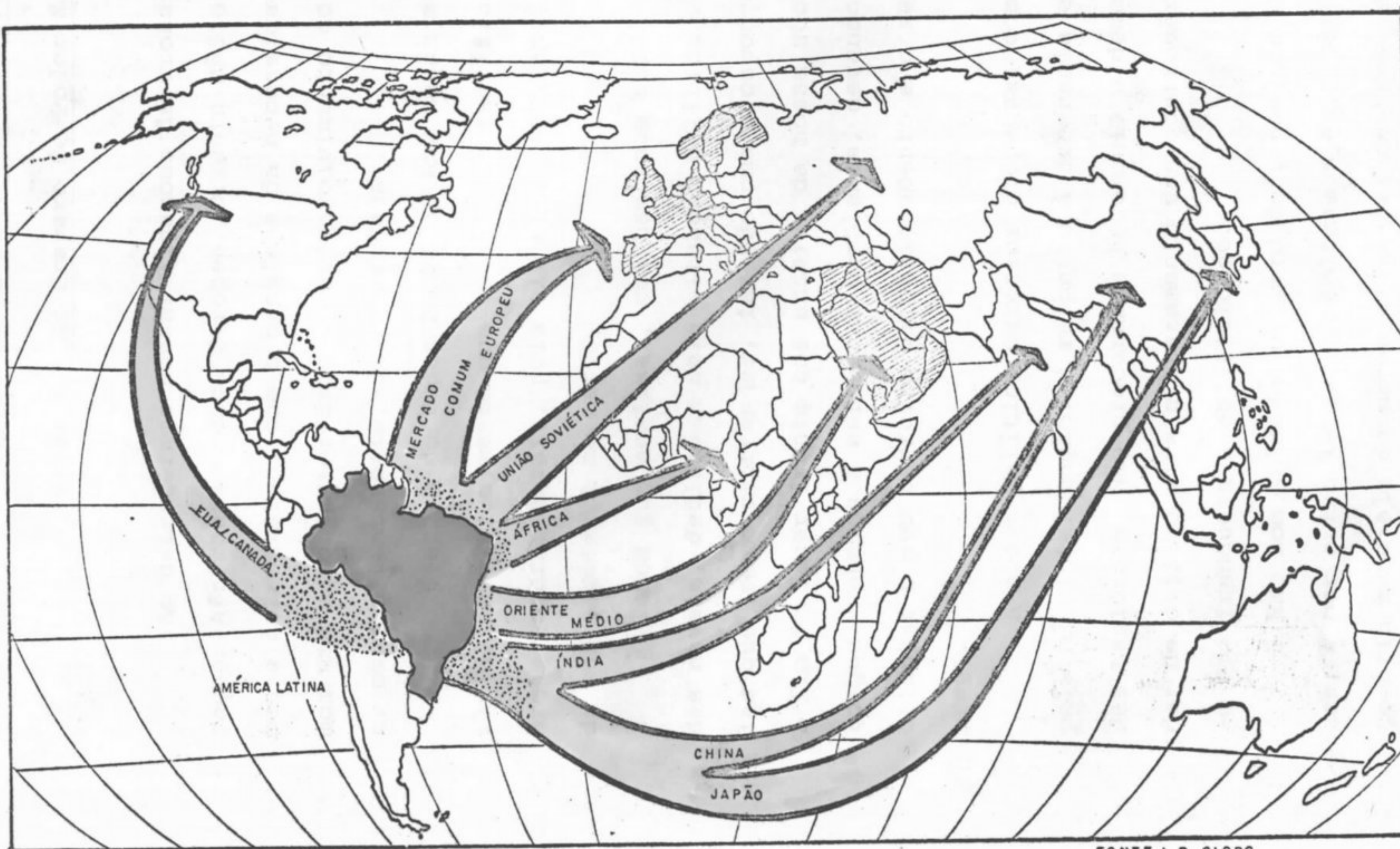
versos níveis.

Da mesma forma, vem sendo intensificado uma aproximação com a Índia, a terceira economia entre os países em desenvolvimento, depois do Brasil e México.

A importância da Oceania para o nosso país é que eles contam com uma significativa produção agrícola e elevado potencial de importação, e são tradicionais exportadores de insumos básicos de importância para o Brasil.

A figura a seguir representa as linhas do comércio exterior de maior importância para o Brasil.

AS PRINCIPAIS LINHAS DE EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS BRASILEIROS



FONTE : O GLOBO

CAPÍTULO 3

REFLEXOS DA POLÍTICA EXTERIOR

Seção I - No Preparo do Poder Naval

Ao estendermos nossas ligações de trocas comerciais com nações Africanas, Leste-Europeu, Oriente Médio e outras, passamos a defrontarmos com o problema da necessidade, de conferirmos uma maior prioridade ao desenvolvimento do Poder Marítimo e, concomitantemente, do Poder Naval.

O preparo do Poder Naval de uma nação marítima, deve ser desenvolvido, mesmo que a custa de sacrifícios em outras áreas governamentais, pois ele será efetivamente o instrumento de sua segurança no mar.

Temos que analisar, com bastante cuidado, as necessidades navais, definidas pela situação política no mundo e aquelas que iremos empreender, fazendo uma prospecção para o futuro, a fim de fazer frente aos anseios da nossa sociedade, no momento que venhamos a enfrentar problemas, devendo desta maneira orientar o seu perfeito dimensionamento e o seu possível emprego.

A nossa política exterior propugna, como já enunciado, pela não intervenção, o respeito à soberania e as peculiaridades nacionais. Não procuramos hegemonia e demonstrarmos um poder de diálogo para o tratamento das controvérsias, realizando-o com franqueza e objetividade.

Não somos "donos da verdade", nem professores nem juizes, e por outro lado, nos colocamos numa posição, dentro do cenário mundial, de nação diluidora de tensões. Todavia, devemos estar sempre atentos que sendo este nosso princípio básico de agir, não obrigará a que todos reajam da mesma forma, podendo

do até, alguns Estados, considerar que estamos apesar de toda esta retórica, realizando uma política expansionista. No campo da diplomacia internacional, nem sempre os fatos se desenvolvem da forma que almejamos e interações de outros fatores, poderão causar transtornos nas nossas relações internacionais. Mesmo quando as mesmas são fraternas e se orientam por um objetivo comum, não estarão livres de chegarem a um extremecimento.

No desenvolvimento da Política Exterior Brasileira, verificamos que somente durante as guerras de independência, tivemos uma Marinha à altura de cumprir a missão a que se destinava.

A mesma, na época, era a quinta do mundo, e JOSÉ BONIFÁCIO pregou durante todo este tempo, que o Império deveria ter uma Marinha forte para interligar suas colônias.

Havia assim, uma consciência de maritimidade, e era unicamente pelo mar que eram efetuadas as ligações entre as cidades.

No entanto, vários fatores vieram por fim a esta era tais como:

1 - Término do Ciclo das Guerras Externas e maior Unidade Nacional;

2 - Diminuição da tensão com a Inglaterra;

3 - Revolução Tecnológica do final do século XIX, não acompanhada pelo Brasil; e

4 - Transformação política do fim da Guerra do Paraguai — o Positivismo e a Revolta da Armada de 1893.

A adoção do aço para construção dos navios, o uso do vapor e outras alterações tecnológicas, fizeram mudar a concepção do Poder Naval, e o Brasil não acompanhou a evolução. Inicialmente, a lenha foi o combustível usado para produção do vapor, passando-se logo após para o carvão mineral. Mas se nos Estados Unidos já na época localizaram grandes jazidas de car-

vão, esta matéria prima só iria ser encontrada em quantidade economicamente aproveitáveis em todo o correr do século XIX.

Os Estados Unidos da América havia vencido a Guerra Hispano-Americana, e assim surge como grande potência. O Brasil não estava alheio ao fato, todavia permanecia plenamente dependente da influência européia, especialmente da Inglaterra.(35:44)

Com um maior estreitamento entre o nosso relacionamento com os Estados Unidos da América, que se iniciou na gestão do Barão do Rio Branco no Itamaraty, vislumbra-se o mesmo que a posição de grande potência ocupada pelos americanos seria de grande importância e valia para nossa nação. (35:2)

Na época houve uma tentativa do Barão do Rio Branco e do Almirante JULIO DE NORONHA em criar uma Marinha forte, não tendo encontrado receptividade por parte do governo brasileiro.

Por outro lado, é com a Primeira Guerra Mundial que houve uma mudança decisiva, quando os homens do governo em Washington, logo compreenderam que a guerra estava permitindo aos EUA aumentar sua influência em países como o Brasil em detrimento das nações européias. Passaram então os mesmos a se interessar pelo aprimoramento das Forças Armadas Brasileiras estabelecendo aqui missões de assessoramento militar.

O Ministro da Marinha, em 1914, solicitou que dois oficiais americanos, fossem enviados para exercerem as funções de instrutores na recém criada Escola Naval de Guerra.

A decisão do Brasil de entrar na guerra, tornou evidente o despreparo das Forças Navais. Neste período a "Divisão Naval de Operações de Guerra" (DNOG), apesar do empenho dos americanos em aumentar sua influência junto a Marinha, foi colocado sob comando britânico.

Posteriormente, durante o governo do Presidente EPITÁCIO PESSOA, quando o mesmo compareceu a conferência de Versailles, fez alusão que existia uma tremenda falta de apoio das na

ções européias, ao Brasil, o que não ocorria por parte dos americanos. Nesta época, inclusive, o presidente resolveu retornar ao país, fazendo escala nos EUA, cumprindo visita oficial. Foi então designado, por determinação do governo americano, que o Encouraçado "Idalo", transportasse o presidente brasileiro dos EUA até o Brasil. (11:52)

Podemos assim considerar que a visita do Presidente EPI TÁCIO PESSOA, seja considerada um marco para um estreitamento de relações e a partir daí, passaram os americanos e nos dar apoio.

Assim sendo, em julho de 1922, foi assinado o contrato para o estabelecimento de uma Missão Naval Americana em nosso país, desativada na revolução de 1930 e reativada em 1936.

Passamos assim a partir deste período a contarmos como única fonte supridora de armamento, a indústria americana, tudo isto, aliado, inclusive, aos problemas que passava a enfrentar a indústria européia.

Os americanos, posteriormente cederam os planos de construção de contratorpedeiros, os futuros navios da classe "Mar- cílio Dias".

Consta que, inclusive, ao término da guerra a Marinha Americana teria oferecido ao Brasil, os planos dos contratorpedeiros classe "Fletcher", o que realmente acabou não acontecendo, na época a Marinha encontrava-se em dificuldades para a construção dos navios classe "A". (35:90)

Durante a guerra fria, entre o Leste e o Oeste, a América Latina passa a ser enfocada como uma área de interesse secundário e como tal, sofrerá as consequências ditadas pela sua grande dependência do material bélico norte-americano.

Nossa Marinha era constituída de meios navais para uso em uma guerra exclusivamente A/S, com navios relativamente novos, de casco e propulsão, porém dotados de equipamentos ele-

trônicos e de direção de tiro obsoletos. Vamos deparar então com um declínio cada vez maior na obtenção de sobressalentes e as relações entre as duas nações passaram a não ser tão estreitas. Isto levou a que no governo do Presidente GEISEL, fosse anunciado o término do Tratado Bilateral Mútuo com os EUA e mais tarde, denunciado todos os acordos de defesa com a nação americana. (35:98)

Porém, consequência desta dependência de tantos anos, estávamos com a nossa Marinha com um completo retardamento tecnológico e obsolescente.

A dedicação quase total a este tipo de tarefa, qual seja a guerra A/S, fez com que atingíssemos a década de 80 mal preparados para enfrentar ameaças de superfície e aéreas.

Porém, é forçoso reconhecer que se aquela influência pode ser considerada excessiva, cabe-nos a maior parte da culpa. Ao longo do período do final da Segunda Guerra Mundial até a incorporação das Fragatas Classe "Niterói", nossa Marinha esteve equipada com meios recebidos através do Acordo com os EUA, não tendo jamais a preocupação de mesclar o recebimento desses navios com a compra de outros mais modernos.

Os Estados Unidos não esperavam a reação que o governo brasileiro teve em relação às atitudes americanas demonstrando a degradação do Acordo de Assistência Militar e das ingerências nos assuntos internos do país. Não há dúvidas que a denúncia do acordo, pegou os americanos de surpresa.

Outrossim, mesmo depois do ocorrido, por diversas vezes surgiram notícias sobre sua renegociação, inclusive recentemente o General Vernon Walters, que ocupa a posição de Embaixador dos Estados Unidos na ONU, em visita ao Brasil, tentou um reatamento deste acordo militar. No caso seria uma forma, de compensar a lei de reserva de mercado da informática, praticada pelo Brasil, o qual abriria mão da mesma.

Todavia, as Forças Armadas foram unânimes em apoiar, integralmente, a posição do Governo na manutenção desta reserva e não pretende dar preferência, aos Estados Unidos na compra de equipamentos bélicos.

Seção II - No Emprego do Poder Naval

O que não podemos deixar de considerar é que há na realidade atividades que, mesmo em períodos de paz, só podem ser realizadas por Forças Armadas. E neste contexto sobressai a Marinha, como a Força Armada detentora das melhores condições para ser empregada militarmente, com cunho diplomático, em estado de paz. Isto porque as Forças Navais, desfrutam de liberdade dos mares, constituindo-se nos únicos dispositivos militares capazes de poderem se locomover livremente, por todo o mundo, sem ferir a soberania das nações.

Existe uma distinção entre o exercício do Poder Naval e o exercício da influência Naval, que todavia será sempre obscurecida pela relativa sutileza das etapas, através das quais um navio de guerra pode ser transformado desde uma plataforma, para banda de música e entretenimento de governantes do local, a uma alternativa para o refúgio de nacionais em perigo e até para o bombardeio contra objetivos terrestres.

Pelo menos tão importante quanto a execução de tarefas navais de natureza local, será o provimento e a composição de um apoio diplomático adequado. A diplomacia naval bem sucedida depende não apenas dos navios no mar, como também da perícia em terra dos diplomatas e dos homens de negócios da nação considerada.

Todavia, existem certos pontos sensíveis que devem ser considerados na análise do emprego político de uma Força Naval. Certos conflitos poderão eclodir tão rapidamente, que a

relativa lentidão do avanço dos meios navais poderão se tornar inúteis. De outra forma, um posicionamento avançado de um navio ou de uma Força Naval, poderá provocar diversos problemas, podendo ser levado na análise do país-alvo como uma provocação, da mesma maneira que serão nestas condições, em caso de conflitos, importantes para atender ao princípio da oportunidade.

De uma maneira geral, usando uma Força Naval em tempo de paz, ela poderá ter o caráter de apoio diplomático e assim, sua atuação terá um emprego político de dissuasão ou coerção. Já se estiver caracterizado um clima de conflito a mesma atuará como instrumento de defesa ativa ou mesmo ofensiva.

Analizando o caso específico do Brasil, à vista das problemas econômicos, deveremos estar restritos apenas a dissuasão e assim mesmo com bastante restrições. No entanto, mesmo considerando este aspecto, necessário se faz que existam condições, para que caso se passe à ação, tenhamos possibilidades de fazer face à ameaça.

O Poder Naval é dotada de determinadas características que o tornam muito adequado para o exercício da dissuasão durante a paz, quais sejam: a flexibilidade dos meios navais, sua mobilidade e a possibilidade de posicionamento da Força Naval, sem que esta medida provoque reações no direito público internacional. Uma Força Naval, quando executando uma manobra de dissuasão, não necessariamente precisa de um poder que a torne capaz de derrotar o inimigo em um combate.

Desta forma, resta a indagação de como a Marinha poderia contribuir para a consecução de tais objetivos. Isto nós já realizamos quando executamos as tarefas de mostrar a bandeira; ou efetuamos exercícios em áreas de interesse nacional.

O balanço entre possibilidades e limitações do Poder Nacional brasileiro, indica que no futuro nossas preocupações objetivas, com segurança e defesa, terão que ser contidas no âm-

bito regional, abrangendo o Atlântico Sul estratégico, cujo limite norte ultrapassa um pouco a latitude zero. Devemos assim, procurar desenvolver uma mobilidade estratégica e capacidade de projeção coerentes com esse oceano e seus problemas presumíveis que, aparentemente, não tem como alcançar a curto ou médio prazos os níveis de comoção que afligem outras regiões do mundo.

Tão importante quanto a avaliação do poder combatente da Marinha é conhecer suas reais possibilidades de emprego em áreas marítimas de interesse nacional.

Cabe-nos avaliar a capacidade que deverá ter nossa Marinha de operar em áreas marítimas, sejam distantes ou próximas, a fim de verificarmos até onde poderemos defender os interesses nacionais.

Precisamos nos abster, inicialmente, em saber se nossa Marinha deverá ser oceânica, de mar contínuo ou simplesmente costeira, pois seria uma ilusão querermos posicioná-la como Marinha global.

Assim sendo, dentro do contexto da política exterior atual, é válido admitir a existência da firme intenção, a longo prazo, em construir nossas Forças Navais de meios para emprego oceânico.

Por outro lado, é indiscutível que o número de unidades que possuímos e sua qualidade não são adequadas. Carecemos de unidades suficientes para efetivamente operarmos em áreas marítimas distantes.

Analisando-se, a Doutrina Básica da Marinha nos estudos sobre determinação de necessidades, cujo retrato é o Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM), podemos à luz das suas considerações, observarmos um planejamento para a obtenção de meios navais que possam operar em águas oceânicas. No plano referido verificamos é que quando for atingida a meta de prontos

ficação, já terão passados muitos anos e muitas unidades . ou equipamentos já estarão obsoletos.

Assim, existe uma vontade de tornar a Esquadra uma Força Naval oceânica, apesar da ausência ou inadequabilidade de certas unidades que impede o emprego oceânico das nossas Forças Navais.

Constata-se, assim, uma necessidade de considerar a Marinha oceânica, apesar das nossas operações estarem mais voltadas para o nosso mar territorial, defesa de portos e plataformas de petróleo e proteção do comércio marítimo costeiro. Ultimamente, é que estamos apresentando uma nova tendência, quando começamos a deslocar nossas unidades para a África ou mesmo em operações conjuntas, tais como a VENBRAS (Venezuale) e FRATERNO (Argentina).

Parece oportuno deixar claro que estamos fazendo uma análise presos ao requisito de alcance geográfico, ou de operações em área marítima afastada, dentro do Atlântico Sul, mesmo assim em tempo de paz.

Uma Marinha para ser oceânica, deve necessariamente preencher alguns parâmetros fundamentais como o representado pela capacidade de exercer efetivo controle de uma área marítima mesmo que restrita, sendo que para efetuar tal controle é indispensável a existência da componente aeronaval.

Aliado a isto, dois outros parâmetros são de alta relevância para uma Marinha oceânica, a sua capacidade de apoio logístico a ser prestado no mar aos navios em operação e o adestramento do pessoal para longas viagens.

CONCLUSÃO

O caminho em que se vem orientando a política exterior brasileira assenta-se em bases que defendem os princípios de ausência de pretensões hegemônicas conscientemente assumidas e satisfação no que concerne à forma geográfica da nossa nação. Nosso propósito fundamenta-se na tranquilidade necessária ao desenvolvimento econômico e social e à segurança dos nossos interesses. Situamo-nos como os maiores defensores da criação e do aperfeiçoamento de condições favoráveis à segurança rotineira e à defesa do litoral e das instalações costeiras, bem como do tráfego marítimo sob nossa responsabilidade, mantendo um perfeito relacionamento econômico com países de todas as regiões do mundo.

Aqui estão incluídas relações de cooperação no trato de assuntos de interesses comuns em foros internacionais: o comércio, a prestação de serviços, o investimento econômico e os programas de apoio técnico, educacional e sanitário, podendo atingir até o campo militar.

Assim sendo estas relações abrangem, principalmente, o acesso aos países africanos, aos países da CEE, ao Oriente Médio e ao Leste Europeu. Outrossim, existem também interesses, tanto dos Estados Unidos da América como de alguns países do Leste Europeu, em manter relações comerciais com os países africanos.

O Brasil não pode ignorar esses interesses e a atuação dos Estados Unidos nem sempre é coincidente com a nossa, mesmo quando limitamos a comparação ao âmbito restrito do universo das nações ocidentais. Supõe-se que, em situações críticas do conflito político-ideológico global, venha a se afirmar naturalmente a precedência temporária dos interesses estratégicos e, neste campo, os dos brasileiros são razoavelmente compatíveis com os

das potências do Atlântico Norte, apesar de que para elas o Atlântico Sul não se configura como um teatro de vital importância.

O Atlântico Sul é importante no contexto do comércio exterior brasileiro e também no das outras nações do bloco ocidental, que dele fazem uso. A ameaça militar externa que, no pós-guerra, convenceu os países europeus a clamarem por segurança, traduzida na aliança com um aliado mais forte, econômica e militarmente capaz de contrapor-se ao inimigo comum, não se configura claramente às nações que dependem do Atlântico Sul.

Ao analisarmos os aspectos político, econômico e mesmo estratégico, verifica-se que tanto os Estados Unidos da América como a União Soviética possuem interesses muito mais fortes em outras áreas oceânicas relegando o Atlântico Sul a uma prioridade mas baixa.

Não duvidamos que este oceano poderá assumir maior importância estratégica, como via alternativa, caso haja problemas que levem ao fechamento dos canais do Panamá e de Suez. Todavia, sabemos que, se esta crise ocorrer, por problemas regionais, as nações industrializadas tudo farão para resolvê-la. No caso de um conflito global, dependendo das ações desenvolvidas, será bem provável que, caso ocorra o fechamento destes canais, as regiões vizinhas, ou os próprios combatentes já tenham sido destruídos, o que deverá levar a um "cessar fogo". Mesmo outros países industrializados, como a França, a Grã-Bretanha e a Holanda, que possuem certos interesses no Atlântico Sul, consideram outros oceanos de maior importância estratégica.

No plano internacional os interesses do Brasil no Atlântico Sul são os seguintes:

1. Participar do controle e promover a proteção do tráfego

go marítimo de seu interesse no Atlântico Sul.

2. Ampliar relações políticas e comerciais com os países da costa atlântica, em especial os africanos.

3. Manter a eficiência do comércio marítimo, em particular o do petróleo.

4. Participar da exploração e da exploração de recursos na Antártica.

5. Manter o controle de suas ilhas oceânicas, tornando-as capazes de prestar efetivo apoio logístico e operativo.

6. Neutralizar a atração da Baía do Prata, canalizando para seus portos o comércio dos produtos da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai e da Mesopotâmia Argentina.

7. Explorar, explorar e proteger os recursos naturais das áreas marítimas sob a sua jurisdição.

8. Manter o Atlântico Sul a salvo das tensões internacionais.

Podemos, ainda, constatar a existência de várias crises, que não obtiveram soluções e demonstram violação do direito internacional, sem respaldo dos mecanismos de contenção da violência internacional e, como tal, citamos:

I) Tensão na Ásia, iniciada com a invasão do Afeganistão pelos soviéticos.

II) Tensão no Oriente Médio, com a invasão do Líbano.

III) Permanência do estado de agitação no Sudeste da Ásia, persistindo a violação do direito de autodeterminação do povo do Camboja.

IV) Impasse regional entre o Irã e o Iraque.

V) Paralisação das negociações sobre desarmamento e perspectiva de uma modernização dos já bastante sofisticados arsenais nucleares.

VI) Ataque dos Estados Unidos da América à Líbia.

VII) Violência e interferências externas ligadas à transfor-

mação política na América Central.

VIII) Guerra das Malvinas.

IX) Cenário econômico internacional onde os países subdesenvolvidos permanecem sem condições de saldar dívidas externas.

O Brasil é um país do hemisfério sul, inserido no continente sul-americano, subdesenvolvido e ocidental. Seus problemas não são muito diferentes da grande maioria das nações subdesenvolvidas e, principalmente, de seus vizinhos continentais.

É, no entanto, dentro desse contexto, um dos poucos com perspectivas reais de alcançar estágio acima das nações subdesenvolvidas. À proporção que aumentamos nossas relações externas no campo econômico com países de todos os continentes, onde já passamos a fornecer material bélico, poderemos futuramente envolver-nos em problemas políticos-econômicos que possam levar-nos a enfrentar crises que teremos que resolver sozinhos e para as quais deveremos estar preparados.

O alinhamento automático do Brasil com as posições assumidas pelo governo dos EUA é coisa pertencente ao passado.

Apesar de mantermos um relacionamento cordial com aquela nação, permanecem algumas questões herdadas de administrações anteriores, tais como: o problema nuclear, o mar territorial de 200 milhas, a questão de fretes, o problema dos direitos humanos e, recentemente, a lei de reserva de mercado da informática praticada por nosso país. Portanto, não devemos mais pensar em rotular a nossa política diplomática como "pragmatismo responsável".

Os nossos princípios pacíficos poderão não ser os mesmos de outras nações, com as quais mantemos intercâmbio comercial, e que venham eventualmente julgar que almejamos tornar-nos imperialista.

Assim, o Poder Naval Brasileiro não poderá ficar à margem desse processo dinâmico, onde os fatos ocorrem a uma velocidade

de bem maior do que imaginamos. Não podemos ficar eternamente, o que já ocorre desde o Império, aguardando que as elites entendam nosso propósito, adquiram uma mentalidade marítima e compreendam nossos anseios. Temos que convencê-los do papel que a Marinha representa, adotando uma concepção estratégica naval realista, que vá atender às necessidades futuras da nação. De nada valerá um Brasil desenvolvido com uma Marinha ultrapassada no tempo.

Dentro da realidade nacional, não podemos pretender possuir uma Marinha oceânica, altamente sofisticada, mas sim uma Marinha modesta que nos proporcione uma proteção das vias marítimas de navegação, um poder de defesa aérea eficiente e com capacidade eventual de projetar poder sobre terra. Tudo isto dentro dos recursos disponíveis, porém num crescente avanço, para atender a problemas futuros, caso estes venham a ocorrer. Logo, não devemos limitar a abrangência estratégica pela falta de recursos, mas adequar, momentaneamente, os meios existentes. Faltam recursos, porém também falta planejamento e determinação na sua aplicação.

Considerando as limitações impostas pela ação governamental e com base nos fatores condicionantes, a nossa política exterior e o reaparelhamento naval brasileiro devem atender ao propósito de adequação a um cenário de guerra limitada.

A formulação dessa política exterior tem de ser pautada nos princípios básicos, que são:

a) preservação da segurança nacional (militar, política, territorial e econômica); e

b) expansão e desenvolvimento (social, econômico, industrial-científico e tecnológico).

Assim sendo, o Ministro é o canal político para atuar na obtenção de meios e recursos com vistas a aparelhar a Marinha, a fim de atender às necessidades de uma política externa.

Por outro lado, apesar de não competir à Marinha influir na formulação de tal política, poderá, através do Ministro, alertar para dificuldades que surgirão caso se adotem certas linha de ação.

Porém, à medida que desenvolvermos nossa capacidade profissional, atuando de maneira a influenciar a sociedade e a população, quanto à importância e à responsabilidade inerentes a um país marítimo, estaremos desenvolvendo um processo de incutir no povo brasileiro a necessidade de voltar seus olhos para o mar. Nesta ocasião, quando este mesmo povo acreditar na real necessidade da Marinha, aí sim, através do nosso braço político, representado pelo Ministro, estaremos em condições de exercer influência e ter peso específico nas decisões da política externa brasileira.

Finalmente, o que devemos ter em mente é que a diplomacia deverá sempre manter uma ligação permanente com a estratégia militar.

BIBLIOGRAFIA

1. ACCIOLY, Hildebrando. O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1945, 180 p-
2. ALEIXO, José Carlos Brandi. Características gerais da política externa do Brasil. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, 69 (705), Jan/fev. 1983.
3. ARAUJO CASTRO, João Augusto. Relações Brasil-Estados Unidos da América à luz da problemática mundial. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1983. Conferência proferida na ESG em 28 de maio de 1973.
4. ARON, Raymond. República Imperial - Os Estados Unidos no mundo do pós-guerra. Republique Impériale - Les États - Unis das le monde 1945-1972. Trad. Edilson Alkimin Cunha, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, 359 p.
5. BAKER, Warren P. Next. A resource war? U.S. dependency on raw material imports cited. Sea Power. Washington - DC, 24 (10): 55-61, Oct. 1981.
6. BRASIL denuncia o Acordo Militar com os Estados Unidos. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 mar. 1977, 1º caderno, p. 19.
7. BRASIL e EUA ainda divergem sobre termos de cooperação na área bélica. O Globo. Rio de Janeiro, 6 mar, 1983, p. 6.
8. BRASIL e EUA negociam sobre informática. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 20 jun. 1986, p. 21.
9. BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto nº 54.290, de 16 de setembro de 1964. Diário Oficial. Brasília, 21 set. 1964, Seção 1 pt. 1. Promulga o Acordo para Estabelecimento de Missão Naval Norte-Americana no Brasil com os Estados - Unidos da América.
10. BRASIL - Presidente, 1979 (Figueiredo) Mensagem ao Congresso Nacional. Abertura da Sessão Legislativa de 1982. Brasília, Imp. Nacional, 1982.
11. BURNES, E. Bradford. The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations. New York, Columbia University Press, 1966, 205 p.
12. CARR, Edward Hallett. Vinte anos de crise - 1919 - 1939. The Twenty Years Crisis - Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, 220 p. (Coleção Pensamento Político 24).
13. CORREA, Manoel Pio. Política Nacional Externa Brasileira. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro, 13 (49/50): 5-21, mai/jun, 1970.
14. ENDERS, Thomas O. Relações Brasil-EUC atualização e revitalização. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, 68 (698):55-61, nov/dez, 1981.

15. CASTRO, Therezinha de. Geopolítica e Geoestratégia. O Brasil no mundo. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 1981, Conferência proferida na EGN em 6 de maio de 1981.
16. _____. O mar enfoque político. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro (708): 31-46, jul/ago, 1983.
17. _____. Bacia do Prata. Polo Geopolítico do Atlântico Sul. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro (721): 42-53, set/out, 1985.
18. ESTEVAN, Martins Carlos. A evolução da política externa - brasileira na década de 64/74. S. Paulo. Estudos CEBRAP. 12, 53 e 99 - abr/mai/jun, 1975.
19. EUA retiram produtos do Brasil das preferências. O Globo. Rio de Janeiro, 1 abr, 1983. p.14.
20. EUA retiram sobretaxa dos calçados. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 11 maio 1983. p.22.
21. EUA. United States Information Service. Visita do Presidente dos EUA Ronald Reagan ao Brasil. Brasília, 1982.
22. EXÉRCITO desmente o acordo militar. Jornal de Brasília. Brasília, 5 set. 1983, p.3.
23. GIBSON BARBOSA, Mário. Política Brasileira de Comércio Exterior. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro, 13 (49/50): 63-70, mar/jun. 1970.
24. GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Governo não pensa em assinar acordo militar com EUA. O Globo. Rio de Janeiro, 8 de março de 1983. p. 7.
25. _____. Política Exterior Brasileira. Rio de Janeiro - Escola Superior de Guerra, 1982. Conferência proferida na ESG em 3 set. 1982.
26. _____. Não abrimos mão de nossas esperanças. Resenha de Política Exterior do Brasil. Brasília, (30): 97-109, jul/set. 1981.
27. _____. Política externa do Brasil. Resenha de Política Exterior do Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, (22): 23-32. jul/ago/set, 1979.
28. _____. Comunicado conjunto Brasil - Guiné - Bissau. Resenha de Política Exterior do Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Brasília (42): 8-11, jul/ago/set, 1984.
29. _____. A viagem do Presidente João Figueiredo ao Japão. Resenha de Política Exterior do Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Brasília (42): 21-23, abr/mai/jun - 1984.
30. _____. Em entrevista à Empresa Brasileira de Notícias - (EBN) Saraiva Guerreiro explica a viagem do Presidente - Figueiredo ao Japão e China. Resenha de Política Exterior do Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Brasília (41): 63-68, abr/mai/jun, 1984.

31. LAFER, Celso. Política Exterior Brasileira. Balanço e suas Perspectivas. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval - 1979. Conferência proferida na EGN em 14 de março 1979.
32. MATTOS, Carlos Meira. Estratégia Militar Brasileira. Reflexos. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, 64 (673): 5-10,3 Trim. 1977.
33. O'DONNELL, Francisco Talaia. Oswaldo Aranha. Porto Alegre. Editora Sulina, 1980, 384 p.
34. OSGOOD, Robert E. et alii. Os Estados Unidos e o mundo da Doutrina Truman ao Vietnã. (American and the world). Tradução de Aydano Arruda. São Paulo, IBRAS. Instituição - Brasileira de Difusão Cultural S.A. 1972. 501 p.
35. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução do pensamento estratégica naval brasileiro. 3 ed. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1985, 151 p. (Coleção General Benício publicação 541 - volume 228).

Moraes, Jose Jayme

A politica exterior brasileira

2-C-35

DEVOLVER NOME LEIT. (732/87)

30 MAI 87	CF-FRANKLIN
15 JAN 88	Franklin Lambert.
4 JAN 88	Franklin
15 ABR 88	CFD. CC TOISCATO
15 AGO 88	CMA PIMENTEL
29 FEV 89	Lania Lucas
29 MAI 89	CC STINGELIM
28 JUN 89	Ivan
28 FEV 91	CC VALVERDE
15 MAR 91	Hamilton
02 MAI 91	CF (M) OLIVEIRA
02 AGO 91	CF (M) FESSER
07 SET 91	Remov. 5/Apr.

[illegible]

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA
DATA CARIMBADA

30 MAI 87	07 AGO 1992		
15 JAN 88			
5 ABR 88			
5 AGO 88			
29 FEV 89			
5 MAI 89			
28 JUN 89			
28 FEV 91			
16 MAR 91			
02 MAI 91			
02 AGO 91			
28 MAR 92			
16 ABR 92			
01 MAI 1993			
8 MAR 1994			

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Biblioteca

Moraes, Jose Jayme

A politica exterior brasileira

2-C-35

(732/87)



00016540000732

A Politica exterior brasileira

2-C-35